

Presidente

Secretário

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO,  
REALIZADA NO DIA 07 DE FEVEREIRO DE 2012, NO SALÃO NOBRE DO  
MUNICÍPIO DE LAMEGO**

**PRESENCAS**

Presidente da Câmara Municipal, Francisco Manuel Lopes e os senhores vereadores António Pinto Carreira, Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, Jorge Guedes Osório Augusto e Manuel José Carmo Coutinho.

**AUSÊNCIAS**

Justificada a ausência da senhora vereadora Margarida José César Osório Silva Duarte por se encontrar em representação do Município de Lamego nas comemorações do Dia da Net Segura, no Centro Escolar do Sudeste.

**SECRETARIOU**

Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

**ABERTURA (COD 02)**

O senhor presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião às nove horas e trinta minutos e deu de imediato início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores vereadores.

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

Nos termos do disposto no artigo 86º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

**CÂMARA MUNICIPAL (COD 14)**

O senhor **Vereador Jorge Guedes Osório Augusto** transmitiu ao Executivo que havia sido notificado pelo Ministério Público de Lamego no passado dia 2 de

Presidente

Secretário

Fevereiro, do arquivamento do Inquérito, ao qual havia sido sujeito no decorrer de várias cartas anónimas, as quais circularam entre 2001/2002, e punham em causa a sua idoneidade no que respeitava à gestão da ex-Região de Turismo do Douro Sul, de que era presidente.

O Vereador Jorge Guedes Osório Augusto referiu que dá agora conhecimento deste despacho, do qual entregou cópia para ficar à disposição do Executivo, dado que este assunto havia sido abordado em reunião do Executivo da Câmara entre 2001-2005, do qual fez parte.

#### EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO (COD 20)

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** informou o executivo que a senhora Vereadora Margarida José César Osório Silva Duarte estava ausente por estar a representar o Município nas Comemorações do Dia Europeu da Net Segura no Centro Escolar de Sudeste que decorrem nos dias 7 e 9 de Fevereiro que este ano de 2012, a Lamego Digit@l e o Centro de Informação Europe Direct, levam a efeito as referidas comemorações, onde idosos do Programa Sénior Convida e da Universidade Sénior Dr. Jerónimo de Sousa vão poder partilhar histórias espontâneas de vida com os mais novos e estes transformá-las em filmes educativos e assim criar uma aproximação entre gerações.

Esta ação tem como objetivo alertar, informar e consciencializar os jovens acerca de uma convivência segura na utilização da Net, bem como mobilizar os adultos para a utilização das TIC e incentivar as famílias a trabalhar conjuntamente na descoberta segura do mundo digital.

Esta ação conta com a formadora, Prof. Carmito Leitão, professora com o prémio Microsoft Escola Inovadora e a sua turma do 2º e 4º anos que já estão habituados a trabalhar nestes projetos.

#### AUTARQUIAS (COD 11)

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu-se, ainda, à Reforma da Administração Local informando que, brevemente, tem intenção de reunir com o grupo de trabalho. De seguida, fará uma reunião com todas as juntas de freguesia do Município de Lamego. Afirmando que o processo em curso tem condições de seguir em frente, rapidamente aproveitando, assim, os 15 % de incentivos que o

Presidente

Secretário

governo tenciona atribuir, incentivos estes que só vigoram durante o próximo mandato, por isso há todo o interesse que este processo corra bem e rapidamente, ultrapassado, com bom senso e pragmatismo as questões que mais podem dividir as freguesias que se pretendam agrupar e que é a localização da sede do novo agrupamento.

Mais informou que o Município de Lamego tem todas as condições, pelo trabalho já efetuado com as associações de freguesias para cumprir os requisitos que obrigam a reduzir os 35 % exigíveis como percentagem mínima de agregação em áreas rurais e 50% de redução nas freguesias que abrangem a cidade de Lamego, nos termos da proposta do governo.

#### TUTELA, TRIBUNAL (COD 64)

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu-se, também, à reorganização do mapa judiciário que o governo quer levar a efeito, afirmando que discorda da extinção do círculo judicial de Lamego, discorda do fecho dos tribunais da região, e consequentemente da perda de competências do tribunal de Lamego, o que vai levar à deslocação das populações para o Tribunal de Viseu, dificultando e muito, a vida das pessoas deste concelho e o acesso aos órgãos de justiça.

Disse que, no dia 9 de Fevereiro irá reunir com os Municípios do Agrupamento do Douro Sul e demais municípios do círculo judicial de Lamego e com os delegados da Ordem dos Advogados dos municípios do círculo judicial de Lamego, com vista a sensibilizar o governo para este problema.

#### ASSOCIAÇÕES, COOPERATIVAS (COD 08)

Tendo decorrido uma reunião em São João da Pesqueira da CIMDOURO, o senhor **Presidente da Câmara** informou, que está a ser desenvolvido um estudo sobre a vitivinicultura da região do Douro, envolvendo as adegas cooperativas, os exportadores de vinho do Porto, a Casa do Douro e demais associações do sector, que tem como objetivo propor ao governo alterações legislativas ao quadro institucional da região. Sendo este assunto de uma enorme relevância para o desenvolvimento da região e dado o estado caótico em que se encontram as respetivas adegas, urge encontrar novas soluções para este problema, cujos desenvolvimentos dará a conhecer ao executivo a seu tempo.

Presidente

Secretário

**EMPRESAS MUNICIPAIS (COD 22-A)**

No seguimento do procedimento de reapreciação do processo de visto n.º 127972011, relativo ao contrato programa celebrado entre a Câmara Municipal de Lamego e a Lamego Com ConVida – Gestão de Equipamentos Municipais, EEM., a visto do Tribunal de Contas, o senhor Presidente da Câmara deu conhecimento ao executivo dos desenvolvimentos deste processo, com vista a sua análise, entregando, para o efeito, o “Plano de Sustentabilidade 2036”, elaborado pela referida empresa.

**Deliberado:** O executivo tomou conhecimento.

Ainda a propósito deste assunto o senhor **Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro** deixou a seguinte declaração de voto: “A apreciação, muito sumária, que fazemos deste Plano de Sustentabilidade 2036, da empresa pública municipal Lamego Convida, é a de que se trata de mais uma enorme mistificação da realidade financeira desta empresa municipal, não se percebendo em que é que tal Plano modifica ou corrige os vícios anteriores de que padece, e que foram objeto de apreciação negativa por parte do Tribunal de Contas.

Acresce a isto que o documento em causa não respeita os princípios basilares dos direitos de autoria, porquanto copia, de forma vergonhosa e descarada, no capítulo da Análise da Envolvente e Considerações Gerais, documentos oficiais da República Popular de Moçambique (Proposta do Plano Económico e Social para 2012), da República de Cabo Verde (Proposta do Orçamento de Estado para 2012) e da Região Autónoma dos Açores (Plano Regional Anual 2009), fazendo transcrições integrais de partes substanciais daqueles documentos, em manifesto e descarado ato de plágio, absolutamente incompatível com as condutas legais, éticas e deontológicas, que devem presidir à elaboração deste tipo de documentos. Finalmente, e entre outras considerações intercalares que poderíamos emitir em desfavor de tão inconsistente e reprovável documento, entendemos que os valores colocados nas Demonstrações Financeiras Previsionais não se baseiam em critérios sérios e credíveis que, ao menos, pudessem ajudar à fundamentação dos montantes estimados, pelo que não passam de um exercício absolutamente fictício, desprovido de qualquer sustentabilidade real, já que ninguém, de boa fé, poderá acreditar que os rendimentos ali estimados ao longo dos anos, tendo em conta a

Presidente

Secretário

situação de contexto em que vivemos, possam ser previstos da forma irreal como ali se nos apresentam.

Desvirtuar a realidade, criando ilusões de suficiência, em lado algum seriamente aferidas por indicadores adequados de gestão, apenas nos levam a concluir que se trata de uma enorme mistificação, com o intuito de continuar a tentar manter uma entidade que não tem qualquer hipótese de sustentabilidade, no quadro legal que rege este tipo de empresas.”

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** informou, a propósito deste assunto, que o contrato programa foi visado pelo Tribunal de Contas, estando agora a ser preparado para recessão ao Tribunal de Contas o contrato de gestão de exploração para gerir os equipamentos municipais, concretamente o Pavilhão Multiusos, essencialmente vocacionado para as áreas da cultura, promoção dos produtos e potencialidades regionais e desporto. Relativamente aos planos tarifários estabelecidos, referiu que assentam numa gestão criteriosa com a preocupação dominante de assegurar a sustentabilidade da empresa municipal, mantendo os preços sociais que o município entende serem indispensáveis à manutenção ou promoção das atividades relevantes para a estratégia de desenvolvimento municipal.

#### RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA (COD 55-A)

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do resumo diário de tesouraria, datado de 2 de Fevereiro de 2012, cuja dotação orçamental é de 301.544,59€ e dotação não orçamental é de 136.239,42€.

**Deliberado:** O executivo tomou conhecimento.

### ORDEM DO DIA

#### **01-ASSUNTO:** ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 24 DE JANEIRO DE 2012 (COD 03)

Presente à reunião para deliberação a ata da reunião ordinária da Câmara do dia 24 de janeiro de 2012, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

Presidente

Secretário

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade.

**02-ASSUNTO:** ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 31 DE JANEIRO DE 2012 (COD 03)

Presente à reunião para deliberação a ata da reunião extraordinária da Câmara do dia 31 de janeiro de 2012, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade.

**03-ASSUNTO:** PEDIDO DE RETIFICAÇÃO DE FACTURAS (COD 01)

**REQUERENTE:** FÁTIMA MARIA DIAS MIGUEL

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 46/01/12, do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que, face ao teor da informação n.º 54/DMSU, de 18 de janeiro de 2012, seja autorizado a retificação das faturas n.ºs 121369/Outubro/2011, no valor de 609,57€, correspondente ao gasto de 218m3 e 134630/Novembro/2011, no valor de 185,55€, correspondente ao gasto de 69m3 da instalação n.º 27262, tendo por fundamento a tarifa de fugas prevista no preçário anexo ao Regulamento Tarifário da Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais e de Recolha de Resíduos Sólidos (Anexo I, Capítulo XI da Tabela Geral de Taxas e Licenças), passando os valores corrigidos a serem de 170,79€ e 59,93€, respetivamente.

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade.

**04-ASSUNTO:** PEDIDO DE RETIFICAÇÃO DE FACTURA (COD 01)

**REQUERENTE:** AMÉLIA SUSANA JESUS LOURENÇO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 47/01/12, do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que, face ao teor da informação n.º 58/DMSU, de 19 de janeiro de 2012, seja autorizado a retificação da fatura n.º 141059/novembro /2011, no valor de 94,48€, correspondente ao gasto de 37m3 da instalação n.º 4263, tendo por base a tarifa de fugas prevista no preçário anexo ao Regulamento Tarifário da Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais e de Recolha de Resíduos Sólidos (Anexo I,

Presidente

Secretário

Capítulo XI da Tabela Geral de Taxas e Licenças), passando o valor corrigido a ser de 37,15€.

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade.

**05-ASSUNTO:** SUSPENSÃO DA PERDA DE CONDIÇÃO DE ASSOCIADO DO EIXO ATLÂNTICO (COD 08)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 67/08/12 do senhor Presidente da Câmara Municipal a qual surge na sequência da proposta do Senhor Vice-Presidente, datada de 31/03/2011, com o n.º 70/08/11, na qual era sugerido peticionar junto da Associação do Eixo Atlântico do Nordeste Peninsular, a perda de condição de associado, uma vez que não houve envolvimento do município nos projetos desenvolvidos pelo eixo, pelo menos de forma proporcional à quota de 18.000€ inerente à condição de associado. A perda da condição de associado foi deliberada em reunião de Câmara Municipal de Lamego, de 5 de Abril de 2011, e reunião da Assembleia Municipal de 26 de Abril de 2011.

No seguimento desta deliberação, o secretário-geral do eixo atlântico encetou contatos com a Associação de Municípios Douro Alliance, no sentido assegurar que a representação dos municípios de Vila Real, Régua e Lamego de no Eixo Atlântico se fizesse através da associação Douro Alliance, assumindo esta as quotas dos seus três associados. Não sendo possível decidir de imediato sobre o assunto, atendendo à necessidade de alterar os Estatutos da Douro Alliance e à aprovação dos projetos comunitários, foi solicitado pelo eixo Atlântico que o município de Lamego suspendesse a sua decisão de perda da condição de sócio, aguardando pela definição da situação junto da Douro Alliance.

Com base no exposto, propõe à Exma. Câmara a suspensão dos efeitos da referida deliberação, até que se encontre uma solução desejável para ambas as partes, devendo igual pedido ser formulado à Assembleia Municipal.

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade.

**06-ASSUNTO:** INICIATIVA DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL – PEDIDO DE PARCERIA COM A CÂMARA (COD 08)

**REQUERENTE:** CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE PENUDE

Presidente

Secretário

O senhor Presidente da Câmara deu conhecimento ao executivo, de um documento emanado do Centro Paroquial de Penude, com algumas ideias sobre um projeto agrícola a desenvolver no espaço da freguesia de Penude, na sequência de abandono da agricultura, que visa dinamizar a freguesia com os proprietários; sensibilizar a população para a importância do projeto do ponto de vista da promoção da terra, da manutenção da sua população ativa, da criação de emprego; contribuir para o crescimento turístico no concelho; rentabilizar os recursos naturais da freguesia; concretizar, através de uma equipa multidisciplinar e no espaço de um ano, o contato com os proprietários dos terrenos abrangidos.

Assim, propõe que declare o interesse e a viabilidade do projeto para benefício de todo o concelho, mas de modo especial para a sua segunda freguesia rural (Penude) com uma produção totalmente diferenciada de todas as outras; que apoie as diligências a efetuar com os diversos organismos estatais e da Comunidade Europeia, que possam tutelar os objetivos do projeto.

**Deliberado:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, manifestar recetividade às ideias subjacentes à criação do projeto socio-empresarial de desenvolvimento de agricultura biológica e pecuária, no espaço da freguesia de Penude, com base nos seguintes fundamentos:

Em primeiro lugar, por considerar estarmos em presença de uma iniciativa que, a ser levada a efeito, promove o desenvolvimento rural da freguesia de Penude e do Município, podendo mesmo constituir-se num projeto modelar, capaz de incentivar a multiplicação de projetos idênticos em outras regiões do país, dadas as suas características que lhe advêm do fato de se tratar de uma empresa agrícola que assume a exploração de um conjunto de terras, de manutenção da população residente e da criação de emprego num contexto social e económico extremamente delicado, como o atual.

Por outro lado, está concebido de forma a rentabilizar os recursos naturais da freguesia de Penude, através da utilização de energias renováveis e do envolvimento de uma equipa multidisciplinar formada, designadamente, pela UTAD, PRODER, DGADR, LEADER+ e os Ministérios da Agricultura, do Ambiente e do Ordenamento do Território.



Presidente

Secretário

**07-ASSUNTO: CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR (COD 20)**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 69/20/12 da senhora Vereadora da Educação, Ação Social e Cultural para que, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 9º do Regulamento Municipal para a Concessão de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior, seja ratificada a lista final dos candidatos admitidos assim como os valores das bolsas de estudo a atribuir, de acordo com a ata número dez, que se dá aqui por integralmente reproduzida:

**Candidatos admitidos e valor das bolsas de estudo a atribuir:**

CANDIDATOS	VALOR MENSAL	TOTAL
Bebiana Isabel Borges Teixeira	37,50€	375,00€
Cátia Joana de Magalhães Moura	37,50€	375,00€
Cláudia Ferreira Xavier	50,00€	500,00€
Fábio Filipe Pedro da Costa	50,00€	500,00€
Filipa Vanessa da Costa Silva	37,50€	375,00€
Joana Maria Cardoso Teixeira	37,50€	375,00€
Mariana Sofia Monteiro Bastos	50,00€	500,00€
Marta Catarina Fonseca Ribeiro	37,50€	375,00€
Paula Daniela de Freitas Filipe	37,50€	375,00€
Rute Isabel da Silva Pinto	50,00€	500,00€
Sónia Vanessa Figueiredo Paiva Dias da Costa	50,00€	500,00€
Telma Sofia Pinheiro Ribeiro	50,00€	500,00€
<b>Total</b>	<b>525,00€</b>	<b>5250,00€</b>

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade.

**08-ASSUNTO: PRÉMIO MÉRITO CULTURAL (COD 20)**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 48/20/12 da senhora Vereadora da Educação, Ação Social e Cultural, que surge na sequência do ofício remetido a este Município, pela Comissão de atribuição do Prémio Mérito Cultural, propondo à Câmara Municipal que seja aceite o nome do senhor Dr. Mário João Ribeiro Gomes, como a individualidade agraciada com a terceira edição do “Prémio de

Presidente

Secretário

Mérito Cultural”, promovido pelo Município de Lamego, tal como foi proposto pela referida Comissão.

**Deliberado:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta da Comissão de atribuição do Prémio Mérito Cultural, no sentido de ser agraciado o senhor Dr. Mário João Ribeiro Gomes, na terceira edição do “Prémio de Mérito Cultural”.

Mais deliberou, igualmente, por unanimidade, atribuir a Medalha de Mérito Municipal - Grau Ouro, pela excelência do seu elevado crédito e reputação na sociedade médica nacional e internacional e, também, pela sua dedicação e prestígio junto dos seus doentes e em toda a Comunidade Lamecense.

**09-ASSUNTO:** FESTAS EM HONRA DE SÃO BRÁS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (COD 26)

**REQUERENTE:** COMISSÃO DE FESTAS EM HONRA DE SÃO BRÁS - MEIJINHOS

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 49/26/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos para que face ao teor da informação n.º 60/DMDU, datada de 20.01.2012, e no uso da competência que lhe confere o art.º 8.º do Dec. Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de Março, seja ratificado o seu despacho datado de 23.01.2012, no qual autorizou a realização das festas em honra de São Brás, na Rua da Eira dos Paulos, freguesia de Meijinhos, nos dias 4 e 5 de Fevereiro de 2012, das 16:00 às 02:00h, organizado pela referida comissão de festas.

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade.

**10-ASSUNTO:** AUTORIZAÇÃO PREVIA PARA LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO /RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (COD 26)

**REQUERENTE:** MUNICÍPIO DE LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 50/26/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que, face ao teor da informação n.º 46/DAQV, datada de 26.01.2012, seja ratificado o seu despacho datado de 26.01.2012, no qual autorizou o lançamento de fogo-de-estoura, no dia 29 de

Presidente

Secretário

Janeiro das 10:00 horas às 19:00 horas, na cidade de Lamego (vários locais) – Almacave e Sé, para homenagem ao Bispo de Lamego, concelho de Lamego.

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade.

**11-ASSUNTO:** AUTORIZAÇÃO PREVIA PARA LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO /RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (**COD 26**)

**REQUERENTE:** COMISSÃO DE FESTAS DE NOSSA SENHORA DAS CANDEIAS - AVÕES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 51/26/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que, face ao teor da informação n.º 43/DAQV, datada de 26.01.2012, seja ratificado o seu despacho datado de 26.01.2012, no qual autorizou o lançamento de fogo-de-esteira, nos dias 4 e 5 de Fevereiro das 08:00 horas às 23:00 horas, no Lugar das Senhora das Candeias – freguesia de Avões.

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade.

**12-ASSUNTO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO (**COD 27**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 52/27/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal referindo que, com vista a resolver com maleabilidade e sem delongas ou formalidades desnecessárias as eventuais dificuldades de tesouraria a assegurar a produtividade económica, social e cultural, salvaguardando o equilíbrio das finanças municipais e no seguimento do despacho de autorização de consulta a instituição de crédito, do senhor Presidente da Câmara Municipal, datado de 12 de Janeiro de 2012, referente ao procedimento de contratação do empréstimo a curto prazo, até 1.000.000,00€ (um milhão de euros). Dado que a contratação do empréstimo de curto prazo de acordo com o disposto no n.º 7 do artigo 38º e n.º 1 do artigo 39º, da Lei nº. 2/2007, de 15 de Janeiro, foi autorizado pela Câmara Municipal em 6 de Dezembro de 2011 e pela Assembleia Municipal em 21 de Dezembro de 2011, propõe à Exma. Câmara Municipal que seja adjudicado à Caixa Geral de Depósitos a contratação do empréstimo de financiamento a curto prazo, até 750.000,00€ (setecentos e cinquenta mil euros), nas condições apresentadas, uma vez que esta foi a única instituição de crédito que

Presidente

Secretário

apresentou condições para análise, tendo e conta que a cotação para o montante apresentado se enquadra no procedimento de consulta em apreço.

**Deliberado:** A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar a adjudicação, à Caixa Geral de Depósitos, da contratação do empréstimo de financiamento a curto prazo, até 750.000,00€ (setecentos e cinquenta mil euros), nas condições apresentadas, com a abstenção do senhor vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro tendo proferido a seguinte declaração de voto: *“Abstenho-me nesta matéria por uma questão de princípio, já que não concordamos com o que foi aprovado em Plano de Atividades e Orçamento para 2012, sobre este mesmo assunto. No entanto, e sendo certo que estes instrumentos de gestão validam a contratualização de um empréstimo de curto prazo, nos termos da lei, optamos pela abstenção por considerarmos que a sua concretização se insere no processo normal de gestão corrente do município, que deve ser assumida por quem é responsável direto pela gestão do mesmo, e não por quem sempre se manifestou contra as opções políticas tomadas até agora. Daqui a razão da abstenção”.*

**13-ASSUNTO:** PROJETO DE VALORES E PRINCIPIOS/ CÓDIGO DE CONDUTA DOS COLABORADORES DO MUNICÍPIO DE LAMEGO (**COD 51**)

Presente proposta de deliberação n.º 53/51/2012 do senhor Vice-Presidente da Câmara, com vista à aprovação do PROJETO “Valores e Princípios / Código de Conduta dos Colaboradores do Município de Lamego”, o qual surge no seguimento da elaboração do Plano de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas”, que o Município de Lamego deu cumprimento à Recomendação n.º 1/2009 do Conselho de Prevenção da Corrupção, publicada na 2.ª Série do Diário da República, n.º 40, de 22 de Julho de 2009, de forma a cumprir uma das Medidas Gerais da Implementação constante no ponto 6.2, do citado Plano de Corrupção.

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade.

**14-ASSUNTO:** QUEIXA CONTRA PAULO COSTA (**COD 42**)

**QUEIXOSO:** BENJAMIM MARQUES MORAIS

**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DO CURRAL - SANDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 54/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para que, nos termos dos artigos 89º e 90º do

Presidente

Secretário

Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, seja homologado o auto de vistoria n.º 2, de 12 de Janeiro de 2012, e se proceda de acordo com o proposto no capítulo VI – Conclusão, do citado auto de vistoria.

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade.

**15-ASSUNTO:** VISTORIA NOS TERMOS DO ARTIGO 90.º DO DECRETO-LEI N.º 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO (COD 42)

**REQUERENTE:** JUNTA DE FREGUESIA DA SÉ

**QUEIXOSO/PROPRIETÁRIO:** JOÃO FERREIRA

**LOCAL DA OBRA:** AVENIDA EGAS MONIZ/ROTUNDA DO SEMINÁRIO - SÉ

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 55/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para que, nos termos do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, seja homologado o auto de vistoria n.º 62, de 21 de Dezembro de 2011, dando-se conhecimento do mesmo ao queixoso.

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade.

**16-ASSUNTO:** CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO UNIFAMILIAR (COD 42)

**REQUERENTE:** RICARDO FERNANDO CORREIA ASSUNÇÃO

**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DA RODELA - FERREIRIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 56/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal referindo que, face ao teor da informação n.º 137, de 10.01.2012, e dado que o requerente não solicitou a emissão do Alvará de Licenças de obras no prazo de um ano após a notificação, o ato de licenciamento caducou nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, sendo a caducidade declarada pela Câmara Municipal, com audiência prévia do interessado, nos termos do n.º 5 do citado artigo, pelo que propõe que seja deliberado promover a respetiva audiência prévia.

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade.

**17-ASSUNTO:** RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UM EDIFÍCIO (COD 42)

Presidente

Secretário

**REQUERENTE:** TOPALCANCE – EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DAS DORNAS - PRETAROUCA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 57/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal referindo que, face ao teor da informação n.º 112, de 09.01.2012, e dado que o requerente não solicitou a emissão do Alvará de Licenças de obras no prazo de um ano após a notificação, o ato de licenciamento caducou nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, sendo a caducidade declarada pela Câmara Municipal com audiência prévia do interessado, nos termos do n.º 5 do citado artigo, pelo que propõe que seja deliberado promover a respetiva audiência prévia.

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade.

**18-ASSUNTO:** DEMOLIÇÃO DE UMA HABITAÇÃO UNIFAMILIAR (COD 42)

**REQUERENTE:** BERNARDO DO CARMO GUEDES

**LOCAL DA OBRA:** BARRONCAL - FERREIRIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 58/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal referindo que, face ao teor da informação n.º 110, de 09.01.2012, e dado que o requerente não solicitou a emissão do Alvará de Licenças de obras no prazo de um ano após a notificação, o ato de licenciamento caducou nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, sendo a caducidade declarada pela Câmara Municipal com audiência prévia do interessado, nos termos do n.º 5 do citado artigo, pelo que propõe que seja deliberado promover a respetiva audiência prévia.

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade.

**19-ASSUNTO:** CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO/NOVO LICENCIAMENTO (COD 42)

**REQUERENTE:** CARLOS ALFREDO SANTOS NORTE CORREIA

**LOCAL DA OBRA:** COVA DO BARRO - BRITIANDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 59/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal referindo que, face ao teor da informação n.º 177/09, de 10.01.2012, e dado que o requerente não solicitou a emissão do Alvará

Presidente

Secretário

de Licenças de obras no prazo de um ano após a notificação, o ato de licenciamento caducou nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, sendo a caducidade declarada pela Câmara Municipal com audiência prévia do interessado, nos termos do n.º 5 do citado artigo, pelo que propõe que seja deliberado promover a respetiva audiência prévia.

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade.

**20-ASSUNTO: LEGALIZAÇÃO DE UMA HABITAÇÃO (COD 42)**

**REQUERENTE:** MANUEL DO NASCIMENTO MENDONÇA

**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DAS ALMINHAS - AVÕES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 60/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 4586, datada de 07/12/20011, informando que processo inicial deu entrada em 29/05/1984, muito antes da entrada em vigor do PDM para o concelho de Lamego (1994) e que de acordo com o referido nesse processo em 18/11/1986 a obra estava concluída. No entanto, a obra não chegou a ser licenciada e nunca teve qualquer andamento quer da parte da câmara municipal, quer da parte do requerente.

De acordo com o referido na informação nº2311, de 03/06/2011, o projeto não cumpre o PDM nem o RGEU.

O requerente apresentou uma reformulação ao projeto que consistiu em eliminar vãos de modo a cumprir o RGEU, no entanto, não é possível corrigir as desconformidades relativamente ao PDM.

O senhor Vice-Presidente, por despacho de 19/07/2011, solicitou que os serviços informassem se o projeto de arquitetura merece ser aprovado, independentemente das questões referidas, por se tratar de uma construção erigida anteriormente à entrada em vigor do PDM e dado que de acordo com o referido na informação nº247/DAC/2010, de 24/06, dos serviços jurídicos, não será de proceder à sua demolição por existir um interesse público suficientemente forte, designadamente a garantia, pelo menos a título precário e provisório, do direito à habitação, pelo que deverá ser a Câmara Municipal a deliberar o procedimento a adotar neste caso.

**Deliberado:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, proceder de acordo com o proposto na informação nº247/DAC/2010, de 24/06 dos serviços jurídicos, ou seja, não proceder à demolição da referida habitação, dado existir um interesse

Presidente

Secretário

público suficientemente forte, designadamente a garantia, pelo menos a título precário e provisório, do direito à habitação.

**21-ASSUNTO:** INSTALAÇÃO DE UM GRELHADOR, EM ESPAÇO VERDE CEDIDO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL (**COD 42**)

**RECLAMANTE:** ROSA MARIA SEQUEIRA BARRELEIRO

**LOCAL DA OBRA:** QUINTA DAS TORRINHAS, LOTE N.º 1 - ALMACVE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 61/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 556/DAC/2011, de 09/11/2011, na qual se mantém o entendimento e o procedimento que havia sido proposto no último parágrafo da informação n.º 258/DAC/2011, de 01/06/2011, nos termos do qual se entendeu e propôs estar-se perante uma apropriação privada, e, portanto, indevida, de um espaço integrante do domínio público municipal, pelo que não sendo o grelhador instalado (amovível) suscetível de legalização, nesse local, pelo que corrobora o procedimento proposto pelo Chefe da DUDE, ou seja, que o senhor Presidente da Câmara, ou o signatário da proposta, em sua substituição, poderão ordenar, nos termos do disposto no n.º 1 do art. 106.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, a respetiva remoção e reposição do terreno nas condições em que se encontrava antes da sua instalação, fixando um prazo de 15 dias para o efeito, sendo tal ordem de demolição, nos termos do disposto no n.º 3 do mesmo artigo, antecedida de audiência prévia escrita dos interessados, que disporão de um prazo de 15 dias, para se pronunciarem sobre o conteúdo da mesma”.

Face ao exposto, propõe que a Câmara Municipal delibere sobre o procedimento a adotar na presente situação.

**Deliberado:** Retirado da ordem de trabalhos.

**22-ASSUNTO:** CONSTRUÇÃO DE UM HOTEL (**COD 42**)

**REQUERENTE:** USMENDES – CONSTRUÇÕES & ENGENHAROS, LDA

**LOCAL DA OBRA:** QUINTA DO LOUREIRO – SAMODÃES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 62/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 285 de



Presidente

Secretário

23/01/2012, propondo que a Exma. Câmara delibere o licenciamento das alterações à obra de reconstrução e ampliação de uma habitação, nos termos do Artigo 27º do Decreto-Lei Nº555/99, de 16 de Dezembro, republicado pelo Decreto-Lei Nº26/2010, de 30 de Março, com os condicionalismos referidos.

O requerente apresentou em 30.05.2008 um pedido da concessão de incentivos, ao abrigo do Regulamento de Incentivo à Fixação, Reconversão e Modernização Económica do Concelho de Lamego, o qual foi classificado pela Exma. Câmara como sendo uma operação urbanística de interesse municipal.

Assim, a requerente beneficiará de uma redução de 90% do valor calculado sobre a taxa devida a título de realização, reforço e manutenção de infraestruturas urbanísticas, e de 50% do valor calculado sobre a taxa devida pela emissão do alvará de licença.

Tendo em conta o exposto, a taxa urbanística que tinha um valor de 1.891,72€, será de 189,17€, e a Taxa pela Emissão do Alvará calculada em 6.360,91€, passará para 3.180,46€, pelo que o valor final a pagar pela requerente será de 3.369,63€.

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade.

**23-ASSUNTO:** OBRAS DE ACABAMENTO COM LEGALIZAÇÃO DO 4º ANDAR  
(COD 42)

**REQUERENTE:** JOSÉ LUIS NEVES DE ALMEIDA E OUTROS

**LOCAL DA OBRA:** URB. DE FAFEL, LUGARES DE COLUMELA E COURA  
- SÉ

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 63/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação do Chefe da DUDE, de 31/01/2012, dando conta que os proprietários e ocupantes das frações do edifício em causa foram notificados, em 06/12/2010, nos termos do Artigo 101º do C.P.A., do projeto de decisão de ordenar a cessação de utilização das frações autónomas do edifício em causa. No entanto, nenhum dos proprietários se pronunciou, tendo apenas respondido o arrendatário de uma das frações, que alega ter um contrato de arrendamento visado nas finanças, licença de publicidade concedida pelo município e contrato de fornecimento de água.

Presidente

Secretário

Em reunião do executivo municipal realizada em 22/03/2011 foi deliberado, por unanimidade, ordenar a cessação de utilização por parte dos proprietários e ocupantes das frações do edifício, notificando-os para uma reunião.

Dado que não tinham sido notificados todos os proprietários e não tendo sido conclusiva a reunião realizada foi decidido promover-se nova reunião, notificando todos os comproprietários do prédio e ocupantes do mesmo. À reunião apenas compareceram dois comproprietários (João dos Anjos e José Luís Neves de Almeida) e um dos ocupantes de um estabelecimento sito no rés-do-chão (Abel Henrique Rua em representação da firma "Rua & Monteiro, Lda.).

Mais uma vez não se conseguiu reunir a totalidade dos interessados, ou pelo menos a sua maioria, o que denota, da sua parte, a total falta de vontade na resolução desta situação, pelo que propõe que a Exma. Câmara delibere quais as medidas a adotar nesta situação.

**Deliberado:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, remeter este assunto aos serviços da DUDE, no sentido de notificar os comproprietários, arrendatários e ocupantes do referido prédio para uma reunião a realizar com o senhor Presidente da Câmara.

Ausente o senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, por intervir neste processo um familiar.

## **24-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO UNIFAMILIAR (COD 42)**

**REQUERENTE:** JOSÉ CARLOS SILVA LOURENÇO

**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DA REVOLTA - LALIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 64/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara propondo à Exma. Câmara Municipal que, com base na informação n.º 569/DAC/2011, de 21.11.2011 e nos termos do disposto na alínea a) do art.º 68.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, e, ainda, no n.º 2 do art.º 134.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), delibere ser sua intenção vir a declarar a nulidade da licença administrativa para a realização das obras de construção de habitação pertencente a José Carlos Silva Lourenço e Ana Paula de Oliveira Carvalho Lourenço, sita no Lugar da Revolta, freguesia de Lalim, concedida por seu despacho de 14.06.2011, e titulada pelo alvará de licença de obras de

Presidente

Secretário

construção n.º 81/2011, emitido a 17.06.2011, antecedida da audiência prévia dos interessados, a promover nos termos do disposto no art.º 101.º do CPA.

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade.

**25-ASSUNTO:** INSTALAÇÃO DE UM APARELHO DE AR CONDICIONADO E COMPRESSOR (COD 42)

**REQUERENTE:** MARIA ONDINA CORREIA DIAS SANTOS ALMEIDA

**LOCAL DA OBRA:** CAFÉ ALMEDINA - ALMACAVE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 65/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara que refere que, em reunião de 21.11.2011, a Câmara deliberou o arquivamento do processo, bem como a notificação da deliberação à reclamante, à proprietária e arrendatária da fração autónoma na qual se encontra instalado o “Café Almedina”.

Na sequência da notificação da referida deliberação a reclamante, em 16/11/2011, vem apresentar nova reclamação, requerendo a revogação da deliberação em causa.

Assim, face ao exposto propõe que a Câmara Municipal delibere se mantém ou revoga a sua anterior deliberação.

**Deliberado:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, manter a decisão proferida na reunião de 21.11.2011, na qual deliberou pelo arquivamento do referido processo.

Ausente a senhora Vereadora Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, por intervir neste processo um familiar.

**26-ASSUNTO:** HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DO BAIRRO DA PONTE (COD 42)

**LOCAL DA OBRA:** LARGO DO CHAFARIZ, 57 - SÉ

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 66/42/12 do senhor Presidente da Câmara que vem acompanhada da informação técnica n.º 259 de 19/01/2012, a qual informa que a D. Alzira de Jesus Diogo é proprietária de um estabelecimento de bebidas no Bairro da Ponte e fez uma queixa contra a Associação Cultural e Recreativa do Bairro da Ponte, pelo facto de na sede desta Associação funcionar

Presidente

Secretário

um estabelecimento de bebidas que, segundo a queixosa está a fazer concorrência desleal ao seu café.

Por sua vez a direção da Associação refere que na sede apenas entram os seus sócios, logo não há fornecimento de bebidas a outras pessoas, que não os seus associados, estando essa condição afixada e bem visível.

Face ao exposto e na sequência da reunião realizada no dia 24 de janeiro de 2012, propõe à Exma. Câmara que o horário de funcionamento da Associação Cultural e Recreativa do Bairro da Ponte ocorra diariamente, entre as 19:00 e as 24:00horas.

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade.

**27-ASSUNTO:** PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE PILARETES JUNTO À MONTRA DA OURIVESARIA GODINHO (**COD 62**)

**REQUERENTE:** VICTOR OLIVEIRA

**LOCAL:** RUA DE ALMACAVE, 132

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 68/62/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos, para que, face ao teor da informação n.º 44/DMSU, de 16 de janeiro de 2012, seja analisado e deliberado o pedido de colocação de 3 pilaretes junto à montra da Ourivesaria Godinho, sita na Rua de Almacave, 132.

**Deliberado:** Retirado da ordem de trabalhos.

**28-ASSUNTO:** PEDIDO DE CEDENCIA A ESCOPAL – ESCOLA PROFISSIONAL DE LAMEGO DE MATERIAL INFORMÁTICO QUE SERIA PARA ABATE (**COD 47**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 70/47/12 do senhor Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 49/DAC, emanada da Divisão Administrativa e de Coordenação, datada de 2012.01.23, a qual informa que a Escola Profissional de Lamego solicitou a cedência de material informático para o Projeto Escola Electrão. O material que se encontra discriminado na referida informação, foi considerado para abate devido a algum dele estar obsoleto ou ter avarias que impedem o seu correto funcionamento, sendo o seu conserto injustificado dado o custo elevado, o material já ser antigo e não ter capacidade de resposta ao sistema informático atual.

Presidente

Secretário

Na listagem identifica-se o tipo de material, a marca e respetivo número de património. Nos casos em que o equipamento já não tem esse número, indica-se o número de série da respetiva máquina. Em alguns casos não foi possível identificar nenhum código.

Face ao exposto, proponho à Exma. Câmara que aprecie e delibere o assunto em, epigrafe.

**Deliberado:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a cedência do referido material à Escola Profissional de Lamego.

**29-ASSUNTO:** RECRUTAMENTO EXCEPCIONAL DE TRABALHADORES PARA PROVIMENTO DE UM POSTO DE TRABALHO DE ASSISTENTE OPERACIONAL PREVISTO NO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2012 **(COD 44)**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 70/47/12 do senhor Presidente da Câmara, onde é referido que a Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para 2012, veio introduzir um conjunto de medidas no sentido de controlar o recrutamento de trabalhadores nas autarquias locais.

O artigo 46º da lei do Orçamento de Estado para 2012, dispõe que as autarquias locais não podem proceder à abertura de procedimentos concursais com vista à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, determinado ou determinável, para carreira geral ou especial e carreiras que ainda não tenham sido objeto de extinção, de revisão ou de decisão de subsistência, destinados a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida.

Não obstante, está previsto no nº 2 do artigo 46º, a possibilidade de ser aprovado um recrutamento excecional, o qual está condicionado ao cumprimento dos requisitos nela previstos.

Assim, observados que estão, cumulativamente, os requisitos e procedimentos legais, propõe à Câmara Municipal, ao abrigo do nº 2 do artigo 46º, da Lei 64-B/2011 de 30 de Dezembro, o recrutamento excecional para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para ocupação de um posto de trabalho para um assistente operacional, para a Divisão de Ambiente e Qualidade de Vida, (serviço de cemitérios), de entre trabalhadores contratados a termo ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, no

Presidente

Secretário

caso de, nos procedimentos concursais que forem abertos para o efeito, se verificar a impossibilidade de recrutamento de trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida.

Mais propõe que este assunto seja submetido à apreciação da Assembleia Municipal dado que o referido recrutamento excecional compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 46º do OE para 2012.

**Deliberado:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com os fundamentos da proposta de recrutamento excecional de um trabalhador e remeter este assunto à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal.

### **APÓS A ORDEM DO DIA**

Reconhecida a urgência da deliberação imediata dos seguintes assuntos, a Câmara Municipal, no uso da prerrogativa conferida pelo artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, deliberou, por unanimidade, apreciá-los.

#### **30-ASSUNTO: MINUTA DE PROTOCOLO A CELEBRAR COM A EAVT PARA EXPLORAÇÃO DOS TRANSPORTES URBANOS DE LAMEGO – VERDINHO (COD 62)**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 72/62/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, que vem acompanhada da minuta de protocolo referenciada em epígrafe, a qual refere que:

Considerando que os transportes urbanos de passageiros em Lamego constituem uma necessidade de interesse económico geral não passível de exploração comercial;

Considerando que, nessas circunstâncias, as autoridades competentes devem intervir para garantir a prestação desses serviços, nomeadamente atribuindo direitos exclusivos e concedendo uma compensação financeira aos operadores de serviços públicos;

Considerando a necessidade das autoridades competentes assegurarem serviços de transporte de passageiros seguros e de melhor qualidade e mais baratos;

Presidente

Secretário

Considerando que a fim de poderem organizar os seus serviços públicos de transporte de passageiros de forma mais adequada às necessidades dos cidadãos, as autoridades competentes devem poder escolher livremente os seus operadores de serviço público;

Considerando, ainda, o disposto no Regulamento (CE) n.º 137/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho, no seu número 1 do artigo 1.º.

Propõe que a Câmara Municipal de Lamego aprove a minuta de protocolo a celebrar entre o Município de Lamego e a EAVT, Lda. – Empresa Automobilística de Viação e Turismo.

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade.

**31-ASSUNTO:** PROJETO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE INCENTIVO À FIXAÇÃO, RECONVERSÃO E MODERNIZAÇÃO ECONÓMICA DO CONCELHO DE LAMEGO (**COD 51**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 70/47/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada de uma alteração ao Regulamento de Incentivo à Fixação, Reversão e Modernização Económica do Concelho de Lamego que a seguir se transcreve:

Nota Justificativa

O Regulamento de Incentivo à Fixação, Reversão e Modernização Económica do Concelho de Lamego foi aprovado em sessão da Assembleia Municipal de Lamego de 20 de Outubro de 2004, tendo entrado em vigor a 26 de Novembro de 2004.

Em consequência da aplicação diária do citado Regulamento e da experiência recolhida, bem como das alterações da legislação entretanto ocorridas, verificou-se a necessidade de proceder à sua atualização.

Após aprovação em reunião de Câmara, para efeitos do disposto nos artigos 117.º e 118.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, o presente projeto será submetido a apreciação pública para recolha de sugestões, pelo período de 30 dias, sendo publicado, para tal efeito, no Diário da República.

Artigo 1.º

Presidente

Secretário

Alteração ao Regulamento de Incentivo à Fixação, Reconversão e Modernização  
Económica do Concelho de Lamego

O último parágrafo do Preâmbulo, e os artigos 2.º e 5.º, do Regulamento de Incentivo à Fixação, Reconversão e Modernização Económica do Concelho de Lamego, passam a ter a seguinte redação:

«Preâmbulo

.....  
Assim, nos termos do disposto no artigo 241.º da CRP e as alíneas a) e b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, do artigo 8.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, do artigo 15.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, da Lei Geral Tributária, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de Dezembro, com as alterações subsequentes e do Código de Procedimento e de Processo Tributário, com as alterações que lhe foram posteriormente introduzidas, é aprovado o presente Regulamento de Incentivo à Fixação, Reconversão e Modernização dos Sectores Económicos do Turismo, Indústria, Artesanato, Agricultura, Pecuária e Silvicultura no Concelho de Lamego.

Artigo 2.º

[...]

a) Empreendimentos turísticos, tal como se encontram definidos nos artigos 2.º e 4.º do Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de Março, alterado Decreto-Lei n.º 228/2009, de 14 de Setembro;

b) .....

c) .....

Artigo 5.º

[...]

1 – Os incentivos a conceder aos sectores definidos no artigo 1.º deste Regulamento concretizar-se-ão através da comparticipação autárquica, a definir caso a caso por deliberação de dois terços do total dos membros que integram o executivo municipal, nas taxas devidas, com os seguintes valores percentuais máximos:

a) 45% do valor calculado sobre a taxa devida a título de realização, reforço e manutenção de infra-estruturas urbanísticas;



Presidente

Secretário

- b) 25% do valor calculado sobre a taxa devida pela emissão do alvará de licença ou comunicação prévia;
- c) 35% do valor das taxas devidas pela não cedência ou cedência incompleta de áreas destinadas à implantação de equipamento e ou espaços verdes.

2 – .....»

#### Artigo 2.º

##### Republicação

É republicado em anexo o Regulamento de Incentivo à Fixação, Reconversão e Modernização Económica do Concelho de Lamego.

#### Artigo 3.º

##### Entrada em vigor

A presente alteração entra em vigor 15 dias após a data da publicação no Diário da República.

**Deliberado:** Retirado da ordem de trabalhos, transita para a próxima reunião.

#### **32-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)**

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade.

#### **33-ASSUNTO: TERMO (COD 60)**

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião às onze horas e cinquenta minutos, da qual foi lavrada esta acta que vai ser assinada por si e pelo Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

O Presidente,

A Secretária